



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

de Lima, Andreza Maria; Paes de Carvalho, Maria Jaqueline; Oliveira Freitas Monteiro,
Luciana

Um estudo sobre currículo na educação infantil na produção científica da ANPEd nos
últimos dez anos

EccoS Revista Científica, núm. 39, enero-abril, 2016, pp. 115-130

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71546154009>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

UM ESTUDO SOBRE CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ANPEd NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS¹

A STUDY ON THE CURRICULUM IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION
IN SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE LAST TEN YEARS ANPEd

Andreza Maria de Lima

Doutoranda em Educação – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *Campus*
Pesqueira. Atua nos cursos de Licenciatura em Física e Matemática.
andrezaml@hotmail.com

Maria Jaqueline Paes de Carvalho

Doutoranda em Educação - UFPE
Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
Atua no curso de Pedagogia e licenciaturas diversas.
jaquelux@yahoo.com.br

Luciana Oliveira Freitas Monteiro

Mestre em Educação – UFPE.
luzdois@yahoo.com

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo mapear e analisar as produções científicas sobre currículo na educação infantil nos anais da ANPEd nos últimos dez anos. Constituíram-se material de base os trabalhos do GT07 (Educação de crianças de 0 a 6 anos) e do GT12 (Currículo), disponíveis no sítio eletrônico da Associação. Após o mapeamento, realizamos a análise, orientando-nos por um roteiro para identificar o ciclo da pesquisa. Localizamos cinco estudos. Esse resultado apontou a necessidade de pesquisas sobre currículo na educação infantil. A análise desses trabalhos evidenciou a ausência de discussão teórica sistematizada sobre currículo, embora a maioria sinalize a concepção de currículo adotada. Em relação à metodologia, dois estudos não indicaram os procedimentos de coleta/produção e análise utilizados. Nossos achados indicam para os pesquisadores a importância desses estruturantes na escrita dos artigos. Salientamos a necessidade de investigar outros GTs para uma visão mais consistente dessa produção.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Educação infantil. Pesquisas.

ABSTRACT: This study aimed to map and analyze the scientific production about curriculum in kindergarten during the last ten years, in the annals of ANPEd. As base materials, it were used the works of the GT07 (Education of children 0-6 years old) and GT12 (Curriculum), available on the website of the Association. After mapping it, the analysis was conducted guided by a script to identify the research cycle. Five studies

were located. This result indicated the need for research on curriculum in kindergarten. The analysis of these studies showed a lack of systematic theoretical discussion about curriculum, although most of them show the designing curriculum adopted. Regarding methodology, two studies did not indicate the procedures for data collection/production and analysis used. The findings indicate the importance of these structures in written articles, for researchers. It is emphasized the need to investigate other GTs for a more consistent view of this production.

KEY WORDS: Curriculum. Early Childhood Education. Searches.

Introdução

Esta pesquisa surgiu a partir da disciplina Estudos Avançados em Formação de Professores e Prática Pedagógica², cursada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O estado da arte desenvolvido por Gatti, Barreto e André (2011), uma das referências conceituais para o desenvolvimento da disciplina, indicou que diversos estudos apontaram que a educação infantil é pouco aprofundada nos cursos de pedagogia. Esse achado confirmou nossa experiência no âmbito dessa etapa da educação básica ao evidenciar que a formação inicial oferecida não responde às necessidades de qualificação requeridas. Existe, portanto, uma inadequação às necessidades de formação condizente com as demandas postas pelo desenvolvimento integral da criança, preceituada como finalidade da educação infantil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) vigente. Nessa direção é que se insere nosso interesse em contribuir com o debate e produção do conhecimento referente ao campo do currículo na educação infantil. Temos como objetivo, neste estudo, mapear e analisar as produções científicas sobre currículo na educação infantil nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) nos últimos dez anos (2003-2012).

A Constituição Federal (CF) de 1988 pode ser considerada o prenúncio de virada da educação infantil, pois declarou o direito das crianças pequenas à educação, além de constituir um importante marco na história da luta pelo espaço social da criança. O artigo 208, inciso IV, preceitua que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “educação infantil em creche e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de

idade”³. Percebe-se a intenção de se adotar uma perspectiva educacional do atendimento às crianças, uma vez que os artigos estão incluídos no capítulo da educação. Mas não é repentinamente que a educação infantil aparece como um direito e na seção que trata da educação no país. Durante a discussão da CF, o engajamento dos profissionais da educação, por meio de associações representativas, foi intenso no sentido de garantir esses direitos. A década de 1980 foi marcada não apenas pela organização civil em favor desse atendimento mas também por importantes discussões teóricas acerca do papel da educação infantil.

Cumpre destacar que leis posteriores vieram reforçar a legitimidade desse direito, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n.º 8.069/90) e a LDBEN n.º 9.394/96, já referenciada. A LDBEN vigente incorpora a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Essa inovação aparece no Artigo 21, inciso I: “A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”. Isso significa que passa a fazer parte dos sistemas, das estruturas regulares de ensino, trazendo como consequência para estes não apenas o seu efetivo oferecimento mas também a sua normatização e a sua fiscalização (CORREA, 2002). A educação infantil, nessa lei, ganha uma seção própria para definir sua especificidade. O artigo 29 preceitua que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade⁴, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Com as conquistas no plano legal, a educação infantil passa a ser redesenhada em relação a sua finalidade, a qual visava apenas ao cuidado, e passa a ser também um espaço que tem um caráter pedagógico. Essa ruptura ainda é tema de debate entre os estudiosos da área, mas é uma das vertentes defendida por aqueles que acreditam numa abordagem de integração da educação infantil. Haddad (2006), por exemplo, considera que o binômio cuidar e educar numa perspectiva integrada ainda é um dos desafios da educação infantil devido ao entendimento que se tem sobre esses aspectos e ao tipo de educação que é compatível com as demandas sociais das famílias e das crianças. Para a autora, uma abordagem integrada requer um modelo unificado, com uma administração coordenada ou única dos serviços. Reconhece, desse modo, as

necessidades de todas as crianças e todas as famílias e defende a importância do cuidar e educar nessa etapa da educação básica, em oposição a uma abordagem seletiva que favorece a discriminação das crianças das famílias consideradas de “risco”.

Destaca-se também que, com a Constituição de 1988 e a LDBEN n.º 9.394/96, o governo federal chamou para si a incumbência de formular referenciais curriculares capazes de consolidar a concepção de educação básica como um processo, regido pelos mesmos princípios educacionais e voltado para atender a população desde os primeiros meses de vida (GATTI; BARRETO; ANDRE, 2011). Após a promulgação da LDBEN, é divulgado, pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), as referências curriculares para a educação básica: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) integra a série de documentos desses parâmetros. Fruto de um amplo debate nacional, no qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças, o RCNEI propõe buscar soluções educativas para a superação, de um lado, da tradição assistencialista das creches e, de outro, da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas. Conforme o documento introdutório (BRASIL, 1998), o Referencial foi concebido para servir como um guia de reflexão educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a cinco anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural.

O documento introdutório do RCNEI afirma que se constitui em um conjunto de orientações pedagógicas que buscam contribuir com a implementação de práticas educativas de qualidade, em que o cuidar e o educar aparecem como funções indissociáveis. Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a cinco anos, o documento coloca que a qualidade das experiências deve estar embasada nos seguintes princípios: o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; o acesso aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; a

socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. A estes princípios, o documento acrescenta que as crianças têm direito de vivenciar experiências prazerosas nas instituições (BRASIL, 1998).

O RCNEI foi causador de polêmica na área, sendo considerado por muitos um retrocesso em comparação a documentos anteriores. As críticas advinham, sobretudo, dos encaminhamentos da gestão quanto às estratégias de divulgação e implementação, pois não havia consenso na área para elaboração de um referencial nacional para a educação infantil. Ainda assim, o MEC optou por publicá-lo em 1997, numa versão preliminar, mas sem tempo hábil para debates e análises por parte da comunidade científica. A versão final foi publicada em outubro de 1998. Esse lançamento aconteceu antes da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), que trouxe para o debate definições de currículo como práticas articuladoras das propostas pedagógicas e evidenciou os princípios que devem ser levados em conta no trabalho com crianças: os éticos, que envolvem a valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade, das diferentes culturas, identidades e singularidades, entre outros; os princípios políticos, que dizem respeito aos direitos de cidadania, da criticidade e do respeito à ordem democrática; e os estéticos, que envolvem a valorização da sensibilidade, criatividade, ludicidade e diversidade de manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 1999).

Nas últimas décadas do século passado ocorreram, portanto, importantes avanços legais no que diz respeito às competências, atribuições e concepções sobre a criança no âmbito da educação infantil. Saviani (1997) evidencia que as competências e as atribuições da legislação educacional devem ser vistas em dois níveis: o proclamado e o real. O proclamado indica as finalidades, os objetivos e as questões em nível ideal. O nível real constitui os planos concretos da ação. Dentre os desafios a serem enfrentados em nível real na educação infantil, podemos mencionar o papel do Estado e da sociedade civil na efetivação de práticas que norteiam seus currículos. A esse respeito, Gimeno Sacristán (1995) evidencia que, ao definirmos currículo, estamos descrevendo as funções da escola e, possivel-

mente, uma forma particular de enfocá-la em um dado momento histórico e social. Moreira (2001), por sua vez, afirma que a concepção de currículo abrange tanto um projeto educativo como uma prática que busca efetivá-la. Reitera:

As funções que um currículo cumpre como expressão de um projeto político-cultural se realizam por meio de seus conteúdos, de sua organização e das experiências de aprendizagem que promove. Nesse sentido, analisar o currículo implica considerar como são concebidas e materializadas as funções da escola em um dado momento histórico e social, em um dado nível da educação, em uma dada instituição educacional (MOREIRA, 2001, p. 75).

Nessa linha, destacamos Barricelli (2007), quando trata currículo como um instrumento integrador, que trabalha na escola o desenvolvimento da criança, a garantia da autonomia da instituição, a formação de professores com visão para as concepções de educação infantil, a seleção de conteúdos associada às metodologias e, por fim, a inclusão das famílias nas questões curriculares para que ocorra o sucesso da escola. Isso porque considera que as práticas nas escolas e creches são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças estabelecem com os professores e as outras crianças. Desse modo, as experiências vividas nas instituições de educação infantil devem promover a aprendizagem, considerando o contexto social, histórico e cultural, através de práticas que cuidem e eduquem por meio das múltiplas linguagens, exercendo suas funções sociais, políticas e pedagógicas.

Metodologia

Neste artigo temos como objetivo mapear e analisar as produções científicas sobre currículo na educação infantil nos anais da ANPEd nos últimos dez anos (2003-2012). A seguir, apresentaremos essa associação e o porquê da sua escolha, bem como os procedimentos de coleta e análise dos dados.

A ANPEd

Realizamos a investigação nos anais da ANPEd, pois essa associação tem se projetado como um importante espaço de debate das questões educacionais, constituindo-se em referência na produção e divulgação do conhecimento na área da educação no Brasil. A Associação se estrutura em duas dimensões: os sócios institucionais, os Programas de Pós-Graduação em Educação *stricto sensu* no Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPRED); e os sócios individuais, pesquisadores da área de Educação: professores e alunos de mestrado e doutorado que se distribuem por 23 Grupos de Trabalho (GTs), organizados por temas e disciplinas específicas. Nos GTs, os trabalhos são agrupados em duas modalidades: pôster e comunicação oral.

Procedimento de coleta de dados

O material de base para esta investigação foram os trabalhos do GT 07 (Educação de crianças de 0 a 6 anos) e do GT12 (Currículo). Constituíram-se como base de dados os anais disponíveis no site da ANPEd entre os anos de 2002 e 2013. Inicialmente realizamos o levantamento dos trabalhos, identificando a existência de estudos na modalidade de pôster e comunicação oral em cada reunião. No GT07, estabelecemos como critério apresentar no título, resumo e/ou palavras-chave a palavra “currículo” ou outros termos e/ou expressões similares. No GT12, estabelecemos como critério apresentar no título, resumo e/ou palavras-chaves a expressão “educação infantil” ou outras palavras e/ou expressões que remetessem a essa etapa da educação básica.

Procedimento de análise dos dados

Após o mapeamento, realizamos a análise partindo da leitura exaustiva de todos os trabalhos. Essa análise foi orientada por um roteiro que buscava identificar o ciclo de cada investigação: objetivo; referenciais teó-

ricos de currículo; procedimentos de coleta/produção de dados; procedimentos de análise e principais resultados.

Resultados e discussão

Nos últimos dez anos, poucos estudos abordaram o currículo na educação infantil no GT 07 (Educação de crianças de 0 a 6 anos) e no GT 12 (Currículo) da ANPEd. Localizamos apenas três investigações no GT 07 e duas no GT 12. No GT 07, na modalidade de comunicação oral, foi localizado um trabalho, apresentado na 32^a reunião (WIGGERS, 2009). Na modalidade pôster foram localizados dois estudos, um apresentado na 27^a reunião (CONCEIÇÃO, 2004) e outro na 30^a (KIEHN, 2007). No GT 12, as duas pesquisas referidas foram apresentadas na modalidade comunicação oral. Encontramos um na 33^a (LYRIO, 2010) e um na 34^a (MALDONADO, 2011).

O estudo de Wiggers (2009), localizado no GT 07, analisa as orientações curriculares para educação infantil nas redes municipais do Estado de Santa Catarina, procurando identificar os principais aportes teóricos e metodológicos que fundamentam essas orientações e os contextos administrativos, econômicos, sociais e políticos nos quais essas foram gestadas. A hipótese que orientou a pesquisa é que essas orientações refletem as diversas posições presentes no debate recente, que caracterizam a produção sobre currículo de educação infantil no país. Participaram da investigação 73 municípios, o equivalente a 25% de seu total. Foram utilizados, como procedimentos de coleta/produção de dados, documentos-síntese resultantes dos processos de delineamento de orientações curriculares, levadas a efeito entre 1 de janeiro de 2001 e 1 de abril de 2006, e um questionário sobre a realidade do atendimento educacional. Dentre os procedimentos de análise, destaca-se o apoio do programa informático Nud*ist. As principais conclusões apontam que o RCNEI (BRASIL, 1998) é o documento mais conhecido e utilizado como subsídio para a sistematização das orientações curriculares. Segundo a autora, a predominância do RCNEI talvez explique a orientação cognitivista e eclética de muitos documentos. Aponta que outros documentos argumentam em favor de uma pedagogia para a infância. O

estudo aponta para a necessidade de se pensar numa educação conferindo atenção às diferentes facetas da cultura.

O estudo de Kiehn (2007), por sua vez, é uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo analisar pressupostos teóricos e metodológicos que permeiam a concepção de criança e de infância nos currículos das universidades federais do país que ofereceram cursos de pedagogia com formação de professores de educação infantil nos anos de 2005 e 2006. A partir de Moreira e Silva (2002), concebe currículo como um meio pelo qual se explicitam mecanismos essenciais de um propósito educativo que supostamente está alicerçado numa trama ideológica, política, social e institucional. Parte de três hipóteses: a) que os currículos não contemplam a interlocução multidisciplinar que visa ao (re)conhecimento da criança e infância em sua completude e particularidade; b) que os cursos contemplam o processo de ensino-aprendizagem e seus métodos subjacentes, em detrimento do conhecimento do sujeito protagonista do processo; c) que nos cursos prevalece a estrutura curricular tradicional, o que tende a perpetuar a dicotomia teoria e prática. O levantamento dos currículos ocorreu através de endereços eletrônicos do MEC, Inep e das próprias universidades. O material selecionado foi: a matriz curricular ou a grade disciplinar dos cursos de pedagogia com habilitação em educação infantil; a ementa das disciplinas e as bibliografias utilizadas. A coleta permitiu desenhar o seguinte cenário: 45 universidades federais; 19 matrizes curriculares; 12ementas e 4 bibliografias. A autora pontua, neste momento inicial, que identificou grande diversidade de informações, o que sinalizou a necessidade de uma seleção mais criteriosa. Utilizou a análise de conteúdo, por estar lidando com documentos legais que sinalizam interesses específicos de uma sociedade e demarcam em suas entrelinhas as condições contextuais de sua produção.

O outro trabalho localizado no GT de Educação de crianças de 0 a 6 anos foi o de Conceição (2004), também uma proposta de pesquisa, que objetiva realizar um estudo crítico-compreensivo e propositivo sobre a política de ludicidade no currículo de educação infantil a partir do contexto de uma escola pública em Salvador (BA). Dentre os objetivos específicos, destaca-se o de explicitar os principais pressupostos filosóficos, teóricos e epistemológicos das políticas de sentido da ludicidade vivenciadas no currículo estudado. O estudo adota a etnopesquisa crítica a partir de Macedo

(2002) e, por isso, traz interpretativamente a voz do ator social para o corpus empírico e para a própria composição conclusiva do estudo. A partir de Macedo (2002), aponta que estudar o currículo pressupõe uma visão multirreferencial e complexa dos fenômenos educacionais e uma complexidade compreensiva no estudo com os sujeitos da pesquisa. Como procedimentos de coleta/produção de dados que seriam utilizados, aponta a observação participante, a entrevista aberta, o grupo focal, filmagens e fotografias, documentos e outros. Quanto ao processo de análise dos dados, anuncia a utilização da análise de conteúdo, pautada numa hermenêutica fenomenológica e crítica. A autora considera que a pesquisa contribuirá para aprofundar o conhecimento acerca do que considera um dos maiores desafios da escola e da sala de aula, que é a construção de uma educação democrática cujo currículo e cuja prática pedagógica levem em conta a heterogeneidade de cultura e classes sociais.

No GT de Currículo, como anunciamos, foram identificadas duas pesquisas envolvendo a educação infantil, ambas apresentadas na modalidade comunicação oral. Uma delas foi o estudo de Maldonado (2011) que enfoca a rotina, uma das orientações didáticas do RCNEI. Afirma que teve como objetivo apresentar algumas narrativas de agenciamentos realizados em escolas de educação infantil do município de Cáceres (MT), no período de três semestres consecutivos, acompanhando, através de atividades desenvolvidas na disciplina Estágio Supervisionado I, o cotidiano de crianças de 0 a 5 anos. A pesquisa tem como referenciais principais Gilles Deleuze e Felix Guatarri. Compreende agenciamentos a partir de Deleuze e Parnet (1998): enquanto simpatia, encontros e afetos. Nesses agenciamentos, afetos podem nos enfraquecer; mas podem também nos tornar fortes. Esses agenciamentos compuseram o método da pesquisa: a cartografia. A concepção cartográfica age por mapas que se superpõem de tal maneira que cada um encontra no seguinte um remanejamento. A autora não menciona como foram coletados e analisados os dados. Conclui que foi possível perceber que o cumprimento de atividades de rotina é permeado por contestações constantes por parte das crianças, pois é assumida como algo monótono, enfadonho e cansativo.

O segundo artigo encontrado no GT de Currículo foi o de Lyrio (2010). Esse estudo buscou problematizar os currículos por projetos vividos no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na Prefeitura

Municipal de Vitória (ES), onde as práticas acontecem por meio de projetos. Toma como base as ideias de Fernando Hernández a partir de sua obra *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. O trabalho com projeto é entendido como uma linha norteadora do trabalho para todo o ano. Não são os projetos que se articulam às necessidades de aprendizagem dos alunos, mas o processo de aprendizagem; os conteúdos é que devem se adequar aos projetos. A autora não deixa claro quais foram os procedimentos de coleta/produção de dados, embora mencione que traz fragmentos de atividades, conversas e aulas que possam ilustrar como o currículo vai além das prescrições. O procedimento de análise não é mencionado. Os resultados da pesquisa possibilitaram perceber como os sujeitos reinventam no cotidiano escolar esse currículo. Através das negociações, traduções e burlas, os sujeitos criam outras formas de ensinar e aprender. A autora defende que é preciso assumir um currículo para além do instituído; um currículo que se dá nas práticas vividas e compartilhadas pelos sujeitos. Nesse currículo, as negociações e traduções dão pistas para pensarmos em outra configuração que supere a grafia da árvore impressa e caminhe para a metáfora do rizoma.

Dos cinco trabalhos, dois (WIGGERS, 2009; KIEHN, 2007) buscam analisar aportes teóricos e metodológicos de currículos prescritos para atingir um determinado objetivo. Os demais são pesquisas que analisam práticas curriculares, enfocando elementos específicos da educação infantil. A pesquisa de Conceição (2004), que também se encontrava em andamento, enfoca a “ludicidade” no currículo de educação infantil no contexto de uma escola pública em Salvador (BA). Maldonado (2011) enfoca a “rotina”, apresentando narrativas de agenciamentos em escolas de educação infantil do município de Cáceres (MT); e Lyrio (2010) problematiza os “currículos por projetos” vividos no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na Prefeitura Municipal de Vitória (ES).

Em relação aos referenciais teóricos de currículo, destacamos que a maioria das investigações localizadas menciona, em dado momento da produção, a perspectiva teórica de currículo adotada. Entretanto, não identificamos um aprofundamento teórico e sistematizado. Por exemplo: Lyrio (2010) menciona que estudou Fernando Hernández a partir da obra *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. Kiehn (2007) faz menção a Flávio Moreira e Tomaz Silva para evidenciar o enten-

dimento de que o currículo não é um conjunto de conhecimentos neutros; pelo contrário, é um meio pelo qual se explicitam mecanismos essenciais de um propósito educativo que está alicerçado numa trama ideológica, política, social e institucional. Wiggers (2009), por sua vez, faz referência a Gimeno Sacristán para afirmar que o currículo deve responder aos interesses globais de um modelo de ser humano e sociedade, que deverá ocupar-se de diferentes aspectos do ser humano, da cultura e da sociedade no momento de selecionar os conteúdos e as atividades. Conceição (2004), por sua vez, menciona Roberto Macedo para indicar o entendimento de que currículo significa um dos principais processos da escola, pois interage um coletivo de sujeitos-alunos e sujeitos-professores, além de outros que não estão diretamente ligados à relação formal de ensinar-aprender. Apenas Maldonado (2011) não referencia autores. O pesquisador menciona o RCNEI para falar sobre o sentido da rotina na educação infantil.

Em relação à metodologia, duas pesquisas mencionam o método. Uma opta pela etnopesquisa crítica (CONCEIÇÃO, 2004) e a outra a cartografia (MALDONADO, 2011). Em relação aos procedimentos de coleta, como pudemos observar, duas pesquisas apontam que utilizaram análise documental (WIGGERS, 2009; KIEHN, 2007) e um desses estudos (WIGGERS, 2009) menciona, também, que utilizou o questionário; o outro menciona documentos e outros procedimentos (a observação participante, a entrevista aberta, o grupo focal, filmagens, fotografias, entre outros) (CONCEIÇÃO, 2004) e dois trabalhos não explicitam esses procedimentos (MALDONADO, 2011; LYRIO, 2010). Em relação aos procedimentos de análise, uma investigação coloca que, dentre os usados, destaca-se o apoio do programa informático Nud*ist (WIGGERS, 2009); dois mencionam a análise de conteúdo (KIEHN, 2007; CONCEIÇÃO, 2004) e dois não explicitam (MALDONADO, 2011; LYRIO, 2010).

Em relação aos resultados, destacamos que um trabalho apresenta apenas a proposta da pesquisa (CONCEIÇÃO, 2004). Um dos estudos apresenta achados parciais (KIEHN, 2007). Kiehn (2007) oferece, ainda que em uma análise parcial, uma visão panorâmica da organização dos cursos de pedagogia com formação de professores de educação infantil nos anos de 2005 e 2006 e de seus currículos. A autora identificou grande diversidade de informações, o que sinalizou a necessidade de uma seleção mais criteriosa dos materiais. O estudo de Wiggers (2009) apontou, dentre

outras questões, que o RCNEI é o documento mais conhecido e utilizado como subsídio para a sistematização das orientações curriculares nas redes municipais do Estado de Santa Catarina. Maldonado (2011) apontou que o cumprimento de atividades de rotina é permeado por contestações constantes por parte das crianças. A pesquisa de Lyrio (2010), por sua vez, evidenciou que é através das negociações, traduções e burlas, que os sujeitos criam outras formas de ensinar e aprender, que vão para além da proposta prescrita dos projetos.

Considerações finais

Nesta pesquisa tivemos como objetivo mapear e analisar as produções científicas sobre currículo na educação infantil nos anais da ANPEd nos últimos dez anos nos GTs de Educação de crianças de 0 a 6 anos e de Currículo. Localizamos apenas cinco trabalhos. A análise desses estudos chamou atenção para o fato de as pesquisas não realizarem discussão teórica sistematizada sobre currículo, embora a maioria sinalize, em dado momento, a concepção de currículo adotada. Em relação à metodologia, salientamos a ausência em duas pesquisas da indicação dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

Em relação à estruturação dos estudos, apontamos a importância de os pesquisadores estarem atentos aos elementos teóricos e metodológicos necessários na escrita dos artigos, pois suas ausências dificultam visualizar o ciclo da pesquisa, o que repercute de modo direto e negativo na compreensão dos achados. Nossos resultados apontam, também, a necessidade de pesquisas que busquem investigar políticas e práticas curriculares na educação infantil, já que foram encontradas apenas cinco investigações. Por fim, apontamos a necessidade de investigar outros GTs sobre a temática em pauta de modo que seja possível ter uma visão mais consistente sobre essa produção na ANPEd.

Notas

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares (GEPPC), realizado em João Pessoa-PB entre os dias 5 e 7 de dezembro

de 2013, com o título “Currículo na Educação Infantil: Um estudo da produção científica da ANPEd nos últimos dez anos”.

- 2 A referida disciplina foi ministrada pela professora Dra. Eliete Santiago no 1º semestre letivo de 2013.
- 3 Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006.
- 4 Redação dada pela Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013, que dispõe sobre a alteração de vários artigos na LDBEN 9.394/96 e preconiza a obrigatoriedade da matrícula das crianças a partir dos 4 anos de idade na pré-escola. Destacamos que a Lei de nº. 11.274, de 20 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a duração de 9 anos do ensino fundamental, já havia alterado o artigo 29 e outros ao tornar obrigatoria a matrícula a partir dos 6 anos de idade no ensino fundamental.

Referências

BARRICELLI, Ermelinda. *A reconfiguração pelos professores da proposta curricular de educação infantil*. 2007. 324 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/teses/DissertacaoErmelinda.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 2, p. 13.563.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. *Parecer nº CEB 022/98, aprovado em 17 de dezembro de 1998*: dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília, DF, 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*. Brasília, DF, 1998b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 20/2009, aprovado em 11 de novembro de 2009*: dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

CONCEIÇÃO, Ana Paula Silva da. *Curriculum Pleniss Ludens? Um estudo crítico-compreensivo e propositivo sobre a política de ludicidade no currículo de Educação Infantil a partir do contexto de uma escola pública em Salvador-BA*. 2004. Trabalho apresentado na 27^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Caxambu/MG, 2004.

CORRÊA, Bianca Cristina. A Educação Infantil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamá, 2002. p. 13-30.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. *Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília, DF: Unesco, 2011.

GIMENO SACRISTÁN, José. Currículo e Diversidade Cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). *Territórios Contestados: O currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 82-113.

HADDAD, Lenira. Políticas Integradas de Educação e Cuidado Infantil: Desafios, Armadilhas e Possibilidades. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 519-546, set./dez. 2006.

KIEHN, Moema. *A concepção de criança e de infância nos currículos de formação de professores da Educação Infantil*. 2007. Trabalho apresentado na 30^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Caxambu/MG, 2007.

LYRIO, Kelen Antunes. *O currículo por projetos na Educação Infantil: sobre as negociações, traduções e burlas*. Trabalho apresentado na 33^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Caxambu/MG, 2010.

MACEDO, Roberto. *Chrysalis, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-muitirreferencial e o currículo contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2002.

MALDONADO, Maritza Maciel Castrillon. *A rotina do currículo na Educação Infantil. E a potência do ritmo?* Trabalho apresentado na 34^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Natal/RN, 2011.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Para quem e como se escreve no campo do currículo? Notas para discussão. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Portugal, v.14, n. 1, p.73-93, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Curriculum, cultura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

WIGGERS, Verena. *Aportes teóricos e metodológicos que subsidiam as orientações curriculares na Educação Infantil*. Trabalho apresentado na 32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Caxambu/MG, 2009.

E
C
C
O
S

—
R
E
V
I
S
T
A

C
I
E
N
T
Í
F
I
C
A

Recebido em 23 dez. 2013 / Aprovado em 30 jan. 2016
Para referenciar este texto

LIMA, A. M.; CARVALHO, M. J. P.; MONTEIRO, L. O. F. Um estudo sobre currículo na educação infantil na produção científica da ANPEd nos últimos dez anos. *EccoS*, São Paulo, n. 39, p. 115-130, jan./abr. 2016.